

**ROTEIRO DO MARANHÃO À GOYAZ PELA CAPITANIA DO PIAUHY:  
SOCIEDADE E CULTURA DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO NAS PÁGINAS  
DE UM DOCUMENTO ANÔNIMO DO SÉCULO XVIII**

Maria Lucia Abaurre Gnerre

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

[luciaabaurre@terra.com.br](mailto:luciaabaurre@terra.com.br)

Esta comunicação tem por objetivo discutir algumas questões da história colonial do Grão Pará e Maranhão – como a relação entre os índios os Jesuítas, e os administradores da metrópole – partindo da perspectiva de um documento anônimo produzido nos últimos anos do século XVIII, intitulado **Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauhhy**. Este documento foi tema de nossa pesquisa de doutorado por estar presente na matriz de importantes obras da historiografia brasileira da primeira metade do século XX - como **Capítulos de história colonial**, de Capistrano de Abreu, e **Formação do Brasil contemporâneo**, de Caio Prado Jr.

No **Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauhhy** a sociedade da América portuguesa (especificamente das regiões citadas em seu título), é retratada em seus mais diferentes aspectos. O autor deste documento anônimo revela uma excepcional eloquência argumentativa ao buscar persuadir seus interlocutores, na metrópole, sobre a adequação do plano que propõe para a ocupação dos sertões entre os rios Tocantins e Parnaíba. O objetivo deste plano é levar o estado e a cultura portuguesa aos índios e demais habitantes do sertão da colônia – local que até meados do século XVIII era território de importantes missões Jesuítas.

Reconhecemos, no texto do **Roteiro**, as marcas da ilustração portuguesa, com suas nuances bem características, formando um substrato teórico presente em seu discurso. O tema do ócio, da indolência, das terras incultas e espíritos bárbaros, são exemplos de características atribuídas à sociedade e a cultura da região.

Segundo consta na última página do texto do **Roteiro do Maranhão**, publicado em 1900, este teria sido copiado pelo Frei Vicente Salgado, em 1800, “bem e

exactamente” como o texto do manuscrito, que fora encontrado na Secretaria dos Negócios Ultramarinos de Lisboa. Esta cópia encontra-se hoje na Academia de Ciências de Lisboa e a ela tivemos acesso para a elaboração de nossa pesquisa de Doutorado.<sup>i</sup>

Não encontramos, no entanto, diferenças significativas entre este manuscrito e o texto publicado pela **Revista do IHGB**. Por este motivo, optamos por utilizar, em nossa pesquisa, o texto publicado, mas também pelo fato de nos interessar o texto em meio à série discursiva produzida pela **Revista do IHGB**, onde tantos outros roteiros estavam sendo publicados naquele momento.

Quanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista, preferimos que sejam apresentados a partir de suas próprias palavras:

*150 anos de documentação – 21 de outubro de 1988 é mais uma efeméride na vida gloriosa do IHGB: o sesquicentenário de sua fundação. Foram 150 anos de fecundas realizações, em estudos e pesquisas, que permitiram reescrever a história do Brasil, numa narração renovada, reformulada e ampliada. Publicaram-se documentos inéditos, reeditaram-se obras raras, encetaram-se contatos com instituições congêneres, promoveram-se congressos, simpósios, cursos, conferências, tertúlias semanais, e, principalmente, editou-se ininterruptamente até os dias presentes, uma Revista de alto padrão cultural.*<sup>ii</sup>

Esse texto, escrito por Isa Adonias – 3º vice presidente da instituição em 1988 – por ocasião de seu aniversário, é uma mostra de como o IHGB narra sua própria trajetória. E também, como toma para si a missão de reescrever a história do Brasil. A revista, fundada no mesmo ano do Instituto, é um elemento central dessa tarefa que o IHGB vem atribuindo a si mesmo. E foi justamente nesta revista, no contexto desta missão – de publicar os documentos necessários para esta reescrita da história do Brasil – que o texto anônimo do **Roteiro do Maranhão** vem a ser publicado. Capistrano de Abreu esteve diretamente envolvido em sua publicação<sup>iii</sup>, no ano de 1900, tendo sido o primeiro historiador a incorporar o texto anônimo de forma orgânica, em sua obra **Capítulos de história colonial**.

Assim, é na sua segunda publicação no Brasil<sup>iv</sup> que o texto, de mais de cem páginas, adquire um novo estatuto e se torna mais instigante, pois, apesar de anônimo,

encontra-se inserido no conjunto de outros textos produzidos em tempos e situações semelhantes, e que como semelhantes, portanto, foram agrupados pelos editores do IHGB. Apesar do seu caráter de texto anônimo e de desconhecermos as características precisas de sua produção, é possível obtermos muitas respostas quando o comparamos com os textos juntamente com os quais foi publicado.

O autor do *Roteiro do Maranhão* nos deixa, no texto, algumas pistas a respeito de si mesmo. A mais importante é a informação de que o autor estava no Maranhão a serviço de sua Majestade, ou seja, era um funcionário da coroa. Pela periodização do texto, sabemos que possivelmente ele tomava como interlocutor D. José I, (nos últimos anos de seu reinado que termina em 1777) ou D. Maria I. Entretanto, os leitores reais de sua eloqüente narrativa seriam, com maior probabilidade, o ministro da Marinha e Ultramar<sup>v</sup> e outros funcionários do Ministério da Marinha e Ultramar. Pelo grau de conhecimento que este autor demonstrava ter da economia das colônias, acreditamos que o Maranhão não foi o seu primeiro destino a serviço da coroa. Era um viajante letrado e experiente, que observava a colônia com um olhar racional, característico do século em que viveu.

O *Roteiro* é um texto que desperta interesse, e sobre o qual rondam hipóteses e mistérios. Sobre sua autoria, há alguns indícios. Capistrano de Abreu, em carta ao Barão do Rio Branco, apontou João Pereira e Caldas, que no final do século XVIII governou o Grão-Pará e Maranhão, como possível autor do texto. Na mesma carta, no entanto (datada de 15 de julho de 1890), Capistrano diz também não possuir “elementos para a sua biografia” que pudessem comprovar que Caldas seria mesmo o autor do **Roteiro do Maranhão**, texto por ele descrito como *um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos de nossa sociedade*.<sup>vi</sup>

Em nossa pesquisa na documentação do Projeto Resgate-Barão do Rio Branco<sup>vii</sup> (capitania do Pará), encontramos indícios importantes que confirmam a teoria de Capistrano de Abreu, além de um relato de Alexandre Rodrigues sobre o referido governador que também reforça esta hipótese<sup>viii</sup>.

No entanto, a busca da uma “verdade” sobre esta questão não foi, em momento algum, o objetivo de nossa pesquisa. Primeiro, porque não acreditamos no próprio conceito de uma verdade histórica. Segundo, porque o próprio tema da autoria era, no século XVIII, uma questão secundária. Naquele período, não se atribuía à autoria a mesma função social que se atribui hoje.

Segundo Michel Foucault,<sup>ix</sup> o surgimento da figura do autor que assina seu texto estaria relacionado a um regime de propriedade para os textos, ao momento em que se promulgam regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autor-editor etc. Isto teria ocorrido no fim do séc. XVIII e início do séc. XIX (período que corresponde à escrita do **Roteiro do Maranhão**).

A grande quantidade de textos coloniais que se encontram sem autor, ou assinados com pseudônimos, remete a uma outra questão que acompanha esta história: ao assinar um texto, o autor se torna vulnerável, passível de ser punido. Esta, aliás, é a justificativa para o uso de heterônimo, como o célebre Antonil<sup>x</sup>. Paradoxalmente, por este motivo, acaba havendo, por parte das autoridades como as mesas sensórias da igreja, uma pressão para a formação da figura do autor sempre relacionada ao texto. Assinar um texto foi historicamente um gesto carregado de riscos, antes ainda de ser compensado por um regime de propriedades que começa a se desenvolver, segundo Foucault, justamente no período em que nosso texto teria sido escrito. De qualquer modo, o que nos interessa aqui é a idéia de que, neste período, uma certa quantidade de discursos são providos de autor, ao passo que outros simplesmente não possuem tal característica. Pudemos confirmar este fato ao longo da observação de outros textos, publicados ou manuscritos, do período deste texto anônimo: muitos, como ele, também estão desprovidos de autoria. .

A nosso ver, o gênero a que o texto corresponde é mais esclarecedor a seu respeito do que o debate em torno de sua autoria. Por isso, nossa pesquisa centrou-se na compreensão do texto inserido em uma série de outros textos, e nas questões que consideramos importantes para toda a formação discursiva na qual ele se inscreve.

Com relação ao arcabouço discursivo do **Roteiro do Maranhão**, podemos dizer que no seu horizonte está sempre o universo da ilustração portuguesa. É a referência da

cultura do além-mar que delimita o texto. Constituindo os vales profundos deste roteiro estão os próprios rios do Maranhão, as matas intransponíveis, os índios, os planos de povoamento e as grandes questões práticas da colonização. Estas são as questões que dão densidade ao território do texto.

Mas, é importante dizer ainda que esta narrativa se constitui em torno de um caminho. É a partir deste caminho que se observam os vales, os picos, o mar. E, por ser um território articulado em torno de um caminho, este texto se cruza, em sua narrativa, com vários outros caminhos, que são o cerne de outros importantes roteiros que também analisamos durante o processo de produção de nossa tese de doutorado. O cotejo com outras narrativas constituídas da mesma matéria foi de fundamental importância para que pudéssemos fazer, em alguma medida, esta observação tridimensional da paisagem do roteiro em questão. Assim, para compreendermos as questões apresentadas no **Roteiro do Maranhão**, fez-se necessária a leitura de vários escritos sobre o norte do Brasil em fins do século XVIII. Não apenas roteiros, mas também “Viagens”, “Informações”, “Cartas”<sup>xi</sup> e outros textos que consideramos importantes para a tarefa que nos propusemos realizar.

Assim, através desse contexto discursivo do século XVIII, podemos compreender o plano exposto no texto anônimo do *Roteiro do Maranhão*. A grande preocupação deste autor que escreve nas últimas décadas do século XVIII – e que por algum motivo não se identifica em seu texto – é basicamente persuadir a metrópole quanto às vantagens de seu projeto de estabelecer, entre os rios Tocantins e Parnaíba, três povoações para a criação de gado. Tal preocupação surge neste roteiro já na primeira parte do texto, onde o autor descreve sua viagem (da cidade de São Luiz até Villa-boua, passando pelos rios Parnaíba e Tocantins). A segunda parte do texto, também organizada em forma de notas, pode ser entendida como um desdobramento desta mesma preocupação. Nessa segunda parte, o autor não se dedica mais a uma narrativa descritiva de sua viagem, mas sim à produção de várias reflexões sobre os locais visitados e sobre a condição geral das colônias.

Uma característica importante do texto é que, para persuadir seu leitor – provavelmente o ministro da Marinha e Ultramar – sobre seu já referido plano de

ocupação, o autor mobiliza, entre seus argumentos, todo um vasto arcabouço de idéias sobre economia política, teorias de governo das colônias e sobre organização dos estados. Tais idéias, advindas nitidamente das novas ciências da moeda que surgiam no século XVIII<sup>xii</sup>, aparecem no **Roteiro do Maranhão** aplicadas a exemplos práticos – com os quais o autor anônimo convive em suas viagens pelas colônias portuguesas. Aparecem travestidas em soluções concretas para problemas da colônia, em modelos e métodos para transformar colônias inúteis em terras lucrativas.

Na seguinte passagem do texto colonial, podemos observar este arcabouço de idéias exposto com clareza:

*Fallando determinadamente: temos já dito, e repiteremos sempre: que as Collonias são estabellecidas em benefício da Metropole: que o primeiro interesse da Metrôpole, hade forçosamente ser conservallas na sua dominação; o segundo tirar dellas as possíveis utilidades.*

*Temos ponderado, que devendo as Collonias ocuparem-se só na aquisição das matérias primeiras; das Minas pela situação no interior do Paiz sem rios navegáveis, que possão facilitar a condução dos gêneros aos portos da Marinha para serem exportadas a Metrôpole, não pode esta, a excepção do ouro, tirar pela agricultura iguaes, interesses, aos que recebem das Capitánias da Marinha.<sup>xiii</sup>*

Neste trecho, o autor anônimo explicita a função da colônia como provedora da metrópole. Outros autores do período colonial, principalmente Antonil, também elaboram de diferentes modos, em suas obras, essa relação ideal entre metrópole e colônia. O autor anônimo, no entanto, explicita esta relação através de uma terminologia inaugurada principalmente pelos autores da fisiocracia francesa, para tratar especificamente do caso brasileiro. E justamente esta terminologia torna sua argumentação clara e persuasiva.

Além de caracterizar-se por enunciar, como poucos textos de seu período, aquilo que viria a ser chamado de “pacto colonial” pela historiografia do século XX, este texto também fornece indicações preciosas sobre o esquema comercial entre capitánias e a metrópole. Vemos neste Roteiro não só o embrião da teoria do Sentido da Colonização (apresentado por Caio Prado Júnior em um capítulo homônimo de **Formação do Brasil**

**Contemporâneo** ) mas também seu corpo, o conteúdo prático do Sentido da Colonização: como este se traduz em termos de economia e política colonial. A seguinte passagem é ilustrativa da referida teoria:

*Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto<sup>xiv</sup>*

Assim, a dependência externa teria sido a força motriz de nossa formação, segundo constata o autor do século XX, e afirma o autor do século XVIII. Manter esta ordem de dependência exige elaboração conceitual de um esquema de comércio, como uma engrenagem em pleno funcionamento. E, em passagens como esta, o autor anônimo do **Roteiro do Maranhão** explicita justamente quais seriam as vocações produtivas de diferentes capitanias, dentro dos interesses da metrópole:

*As Capitanias, e Povoações do interior do Paiz são as Minas geraes, Serro do frio, Pitangui, Paracatu, Goiaz, Fanado, Rio das Contas, Jacobina, Sertões de S Francisco, e Capitania do Piaui. Consistem em Minas de ouro, pedras preciosas, e criação de gados, tanto vaccum como cavallar.*

*A relação, que há entre ellas, e as Capitanias da Marinha; he huma reciproca e effectiva dessendencia. As Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metropole, e com que satisfazem ás suas necessidades tanto Reaes, como de opinião principalmente as que respeitão ao vestir: para haverem os escravos de Àfrica necessarios para a cultura dos generos do Paiz, com que saptisfazem á sua nutrição, e para o trablho das Minas, d'onde tirão o ouro, com que pagão as mesmas manufacturas, os mesmos generos dos mesmos escravos.<sup>xv</sup>*

A descrição desta verdadeira engrenagem colonial – a “máquina mercante” – feita nestes dois parágrafos do **Roteiro do Maranhão** serve de inspiração a um esquema central da obra de Caio Prado Jr – **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942). O autor do século XX chega a reproduzir em sua este esquema proposto pelo Anônimo numa forma gráfica, para que o leitor melhor o compreenda.

Note-se que não apenas o conteúdo do texto do **Roteiro** é absorvido na citação abaixo de **Formação do Brasil Contemporâneo**, mas também a terminologia que designa os setores do comércio colonial – marinha, sertão etc. Este texto colonial, portanto, influi também na própria nomenclatura e na concepção de categorias utilizadas por Caio Prado Jr:

*Sumariando estes traços essenciais do comércio colonial, podemos retratar em esquema as grandes correntes da sua circulação. Distingamos para este fim três setores: marinha, que são áreas de povoamento e atividades do litoral, produtoras de gêneros agrícolas destinados à exportação e nas quais se localizam os grandes centros e portos do comércio exterior; sertão, áreas interiores de criação; finalmente as minas. Note-se que esta classificação e designações são já do momento que nos ocupa, e aparecem tais quais no trabalho já tantas vezes lembrado deste grande economista que foi o autor anônimo do **Roteiro do Maranhão**. Não poderíamos achar melhor, e com esta sanção de um contemporâneo, observador direto e capaz, merecem ser consagradas.<sup>xvi</sup>*

Podemos concluir que o **Roteiro do Maranhão** fornece à historiografia do século XX não só um valioso elenco de produtos e formas de escoamento destes produtos, mas também o elenco de categorias que depois é utilizado por Caio Prado (e por outros importantes historiadores como Fernando Novais) na elaboração de seus argumentos – que se tornariam uma chave fundamental para a própria interpretação do Brasil.

## NOTAS:

<sup>i</sup> Realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, entre 2002 e 2006. Desta pesquisa resultou a tese **Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante** - defendida em Setembro de 2006.

<sup>ii</sup> ADONIAS, Isa. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990, p. 12.

<sup>iii</sup> Cf. “Anais do IHGB”, RIHGB, Tomo 62, II, 1900, p. 228.

<sup>iv</sup> A primeira publicação no Brasil foi no jornal *O Patriota*, conforme nos informou Caio Prado Jr. Em nossa pesquisa, no entanto, não conseguimos dispor da numeração completa do jornal de maio a dezembro de 1813 que comporia esta primeira publicação completa do texto do Roteiro. Além disso, preferimos concentrar nossa pesquisa no âmbito da RIHGB, pelos motivos acima assinalados. Aparentemente, não há diferenças significativas no conteúdo das versões. Ambas seguem o texto do manuscrito que se encontra na ACL, do qual possuímos uma cópia em microfilme.

<sup>v</sup> Sr. Martinho de Melo e Castro, caso o **Roteiro do Maranhão** tenha sido escrito antes de 1795, conforme nossas suspeitas

<sup>vi</sup> Cf. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do). **Cartas ao amigo ausente**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1953. p. 131-2 – VI.

<sup>vii</sup> O projeto Resgate-Barão do Rio Branco, coordenado pelo Ministério da Cultura (Brasil) tem como objetivo a digitalização de documentos do período colonial brasileiro que se encontram, em sua maioria, nos arquivos portugueses, em especial no Arquivo Histórico Ultramarino. O material produzido por este projeto (CD-Roms com a documentação separada por capitanias e períodos) foi-nos de grande valia para nossa pesquisa. Encontramos poucos roteiros completos entre estes materiais, nas capitanias e períodos de nosso interesse, mas entre as cartas e ofícios pudemos ter acesso a informações que em muito colaboraram para elucidar questões que os roteiros deixavam em aberto, como é o caso dos processos de autorização real para navegação em determinados rios do norte do Brasil.

<sup>viii</sup> João Pereira e Caldas governou todas as capitanias do norte do Brasil, além de Mato Grosso, nos últimos anos do século XVIII. Era um homem culto que demonstrava, em suas cartas, possuir um bom domínio de economia e de outras ciências iluministas. Em sua correspondência com o ministro da Marinha e Ultramar, que apresentaremos ao fim de nossa tese, encontra-se o relato de uma viagem com o mesmo percurso da viagem do **Roteiro do Maranhão**. Podemos observar também, nesta correspondência, um grande empenho do governador na abertura de uma rota de escoamento do ouro pelo rio Tocantins e pelos rios do Maranhão, o que se configura como o cerne do projeto do referido Roteiro. Alexandre Rodrigues Ferreira, no fim do conjunto de textos que compõe sua **Viagem Filosófica do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba**, descreve justamente o empenho deste governador no conhecimento dos estados por ele governados, e descreve ainda uma longa viagem por ele realizada, cuja rota corresponde àquela que vemos descrita no **Roteiro do Maranhão**. (Cf. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro**. Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983. p. 368) Mas tudo o que temos, na verdade, são apenas indícios que nos levam na direção da hipótese formulada por Capistrano de Abreu.

<sup>ix</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Ed. Vega/Passagens, 1992.

<sup>x</sup> Antonil, heterônimo do Padre Toscano Antonio Andreoni, segundo Capistrano de Abreu, mestre na arte de encontrar indícios e revelar autores misteriosos. (BOSI, Alfredo. **A dialética da Colonização**. SP: Companhia das Letras, 1995, p.153). Talvez, justamente em função do anonimato, o **Roteiro do Maranhão** tenha lhe parecido tão interessante em um primeiro momento.

<sup>xi</sup> As cartas a que fazemos referência, aqui, são as correspondências entre governadores e ministros da Marinha sediados em Portugal, nas quais conseguimos muitas informações que nos ajudaram a elucidar questões abertas pelos Roteiros analisados.

<sup>xii</sup> No plano econômico, o autor anônimo vale-se principalmente dos conceitos desenvolvidos pela escola francesa dos Fisiocratas, em Meados do século XVIII, conforme analisaremos de maneira mais criteriosa no capítulo “economia”, desta tese.

<sup>xiii</sup> ANONIMO. **Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí**. In: **Revista IHGB**, tomo 62, Parte I, 1900. pp. 119, 120. (Doravante, vamos nos referir a este texto apenas pela sigla RM, seguida pelo número da página. O texto encontra-se em anexo a esta tese).

<sup>xiv</sup> PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 24<sup>a</sup> reimpressão, SP: Brasiliense, 1996., p. 31.

<sup>xv</sup> RM. p. 105.

<sup>xvi</sup> PRADO JR., Caio. **Op. Cit.**, p 234.

---

**BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**.
- ADONIAS, Isa. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990
- ANONIMO. “Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí.” In: **Revista IHGB**, tomo 62, Parte I (1900). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1900.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro**. Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Ed. Vega/Passagens, 1992.
- NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – século XVI-XVIII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 24ª reimpressão, São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.